

Ato unificado do funcionalismo

26/2 - no TRF-3, às 14h

Pauta unificada de reivindicações

- Definição de data-base (1º de maio)
- Política Salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações
- Cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolos de intenções firmados
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores
- Retirada dos PLPs, MPs, Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos
- Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas
- Reajuste dos benefícios
- Antecipação para 2014 da parcela de reajuste de 2015

26/2 - Assembleia setorial no TRF-3, 13h

27/2 - Assembleia setorial no TRE, 14h

28/2 - Assembleia setorial na JT Barra Funda, 13h

Rodada de assembleias prepara **Dia Nacional de Paralisação e Marcha a Brasília**

Funcionalismo público promete cruzar os braços em 19 de março, quando realiza uma grande marcha na Capital federal

Apostando na unidade com outros setores do funcionalismo, os servidores do Judiciário Federal se preparam para entrar na campanha salarial unificada. Entre 26 e 28 acontecem assembleias nos maiores fóruns da capital [veja quadro] para construir um dia de paralisação em 19 de março, quando delegações de servidores públicos de todo o país vão marchar sobre Brasília. Também haverá assembleias na Baixada Santista

Ato unificado do funcionalismo

O ato unificado acontece em 26 de fevereiro, quarta-feira, 14h, quando vários segmentos do funcionalismo estarão em frente ao TRF-3 com as reivindicações conjuntas. Às 13h, os servidores da JF e do tribunal fazem uma assembleia setorial para debater melhores condições de trabalho e as reivindicações específicas da categoria.

O calendário de luta aprovado pelas entidades que representam servidores de diferentes segmentos na esfera federal aponta o início da greve para o começo de abril. A reunião ampliada da Fenajufe aprovou participar deste calendário, acompanhando a pauta de reivindicação geral do funcionalismo: Data-Base, reposição das perdas salariais, paridade entre ativos e aposentados, melhores condições de trabalho, entre outros.



05.02.14 - Servidores do Judiciário Federal e MPU participam do ato em frente ao MPOG, em Brasília

Calendário de assembleias

26/02: 13h – Assembleia setorial da JF/TRF-3, em frente ao TRF-3

27/02: 14h – Assembleia setorial no TRE-SP

26/02: 14h – Ato unificado do funcionalismo público, em frente ao TRF-3

28/02: 13h – Assembleia setorial no fórum trabalhista Ruy Barbosa

Servidores cobram '**mesa de negociação**' e DG do STF levará proposta a Joaquim Barbosa

A Fenajufe voltou a cobrar do STF a instalação da mesa permanente de negociações, na qual a pauta de reivindicações possa ser debatida. A nova cobrança ocorreu na reunião com representantes do Supremo e do CNJ, em 17 de fevereiro, em Brasília.

Não ficou nada definido na conversa, mas a presença de mais quadros da administração dos tribunais, além do diretor-geral do STF, Miguel Fonseca, indicou uma possível movimentação. O diretor-geral levaria no mesmo dia o que foi debatido ao presidente do STF, Joaquim Barbosa.

Formato e composição

"Temos que cobrar o andamento da pauta protocolada desde julho do ano passado. Já são mais de seis meses aguardando", disse Adilson Rodrigues, dirigente da federação e do Sintrajud, que participou da reunião ao lado dos também coordenadores da Fenajufe Eugênia Lacerda e Edmilson.

A mesa nacional de negociação, observou, pode dar centralidade na busca de soluções para as de-

mandas do conjunto da categoria, afastando saídas isoladas que enfraquecem os servidores.

O chefe de gabinete da presidência disse que Barbosa demonstrou ter acordo com a criação da comissão. A proposta entregue pela Federação prevê paridade entre representantes dos tribunais e conselhos superiores, por um lado, e da Fenajufe por outro. E as reuniões seriam semanais e produziam um relatório preliminar em até 45 dias.

O diretor do STF tentará dar uma resposta ainda em fevereiro. Se for criada, além de debater questões salariais, condições de trabalho e de carreira, a comissão abriria um canal de negociação. Mas os servidores sabem que por si só ela não resolve nada. "Chamamos a categoria a se organizar nacionalmente e [forçar] a negociação já, para assegurar salários e condições de trabalho dignas", disse Adilson, ao destacar a importância da participação na campanha salarial.

Veja abaixo as reivindicações apresentadas ao STF.

Dilma anuncia **corte de 44 bilhões do orçamento**

Na semana passada, o governo Dilma Rousseff (PT) anunciou o corte de R\$ 44 bilhões do orçamento aprovado para 2014. Os recursos irão para o superávit primário deste ano, que será de R\$ 99 bilhões, equivalente a 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB), percentual igual ao de 2013.

O anúncio do corte acontece num momento em que os servidores públicos iniciam sua campanha salarial unificada. No centro da campanha estão os altos gastos do governo federal na construção das arenas para a Copa do Mundo. Tanto que uma das principais palavras de ordem da campanha do funcionalismo é: serviço público padrão FIFA!

Pauta de reivindicações apresentada ao STF

A) Data Base - Definição de política salarial permanente, assegurando-se a data base para o conjunto dos servidores públicos, dando cumprimento à Adin 2061 e artigo 37, X, da CF/88.

B) Reposição das perdas salariais acumuladas em 50,47% - as perdas acumuladas desde junho de 2006 são de 50,47%. A reposição de 15,8%, a ser implementada em parcelas anuais de 5%, é insuficiente para repor a inflação anual prevista para o período de sua implementação.

C) Antecipação da parcela que reajusta a Gratificação Judiciária (GAJ) - É necessário que se reabra negociações com Planalto, para antecipar a implementação da parcela da GAJ prevista para 2015.

D) Aprovação do PL 319/2007 - Na Câmara desde março de 2007, o PL visa resgatar os quatro itens vetados da Lei 11.416/2006 re-

ferentes à remoção, capacitação, ingresso e enquadramento, bem como estabelece critérios para ocupação de funções comissionadas. Também garante retorno do adicional de qualificação aos técnicos judiciários com graduação de nível superior

E) Pagamento de Passivos devidos aos servidores, busca de orçamento - Reenquadramento dois padrões - Portaria Conjunta nº 4/2013 - Reenquadramento auxiliares Lei 12.7744/2012

F) Assédio Moral - Discussão efetiva sobre prática do assédio moral dentro do Judiciário e construção de ferramentas de combate à prática.

G) Aumento dos valores repassados para os planos de saúde dos servidores - A categoria vem sendo empurrada a comprar pla-

nos privados de saúde, que estão cada vez mais caros e sem estrutura suficiente para atender no tempo e com qualidade.

H) Projetos de criação e aumento de CJs e FCs (PLs 5382/13 e 5426/13), em detrimento da valorização do cargo efetivo - A Fenajufe é contrária a estes projetos, pois defende a valorização da carreira e os servidores do quadro. Os reajustes de FCs e CJs não atendem o conjunto da categoria, tampouco repõem as perdas salariais.

I) Contra a PEC 59/13 (Estatuto dos servidores do Poder Judiciário) - A Fenajufe é contra a PEC 59/2013 por entender que o estatuto gerará mais prejuízos a todos. Não queremos sair do Regime Jurídico Único. Postulamos edição de nota técnica pelo CNJ, externando posição contrária à aprovação de referida proposta.